

Samuel

SÁBADO, 17 DE FEVEREIRO DE 1990

Notas e Informações

ESTADO DE SÃO PAULO

Uma peça do outro mundo

Já se disse com razão que quem julgar que é impossível modificar o passado, se quiser mudar de opinião, escreva sua autobiografia. A lição vale quando se cuida de comentar a fala presidencial no Congresso. Trata-se de uma *surtida* literária sem qualquer compromisso com a realidade — com os fatos. Vivendo em outro mundo, o sr. José Sarney produziu uma peça do outro mundo. É o mínimo que se pode dizer. Um conceito a reproduzir em seguida expressa bem esse divórcio entre o que, para usar a linguagem kantista, representa para o presidente da República o pensamento diante da coisa em si: “A economia é o efêmero. É um dado momentâneo que atinge o presente; está em constante mutação e pode ser corrigida. Já a liberdade é presente e futuro, e quem perde a liberdade perde o futuro no flagelo da autodestruição, do desencanto, do pessimismo, do nihilismo” etc. É precisamente o contrário. A liberdade econômica condiciona a liberdade política; e a desordem econômica, em toda parte, sempre levou a regimes de força. Ora, a desordem econômica está avassalando o Brasil. Se não houvesse mudança de governo, e muito próxima, o caos que o governo Sarney criou haveria, fatalmente, de jogar por terra todo o progresso conquistado no rumo da democracia. Eis a realidade, sinistra, dramática.

Saudosista, o sr. José Sarney ainda tece loas ao malsinado Plano Cruzado, tachado de “marco econômico e político”. Esse plano foi o instrumento que desencadeou a inflação que ainda hoje flagela o Brasil e já é a sexta mais alta da História. Desde 1985 a moeda perdeu seis zeros; aviltou-se em escala sem precedentes. Qualquer inflação (imagine-se esta que aí es-

tá!) é o tributo mais desumano que se pode cobrar a um povo; enriquece os ricos e empobrece os pobres. E o governo que se está despedindo de um país exangue, que ele mesmo vitimou, ainda se pretende ter sido apto a fazer “tudo pelo social”... Pretende ter sido severo com abusos e distorções; ter sido severo com a corrupção. É o caso de indagar: mas, como? Neste lustro que findará a 15 de março próximo o Brasil foi mais do que em qualquer outra etapa da administração pública um reino de Pasárgada. As denúncias de dolo, fraude e corrupção se multiplicaram sem que dessem lugar a punição de qualquer tipo a quem quer que fosse. Ainda recentemente extraiu-se um parecer do consultor-geral da República para safar de *condenação* em processo administrativo o filho e o genro do ex-ministro Aluizio Alves, os quais — não se lucubrasse a saída desse parecer genial — teriam de devolver ao Erário cerca de 400 mil cruzados novos, por conta de passagens aéreas que, quando o sr. Alves foi titular da pasta, haviam requisitado irregularmente.

A própria indicação do ex-ministro da Administração para integrar o Superior Tribunal Militar calou tão mal que aquela corte de Justiça houve por bem regurgitá-lo, para gáudio de opinião pública. Esse foi um lance definitivo para que se julgasse até que ponto chegara o descrédito do governo, vergastado mas incapaz de esboçar reação. Não é à-toa que os índices de popularidade que distinguem o futuro governo são tão elevados. O conceito de Collor corresponde ao *desconceito* de Sarney. Basta recordar que os dois candidatos que enfrentaram o segundo turno da eleição presidencial foram os mais ferrenhos opositores; e o escolhido foi precisamente

aquele que mais firmemente e com mais argumentos investiu contra o governo — e o sr. José Sarney, que se diz liberal, apoiou nesse pleito, no Maranhão, o candidato socialista radical...

Tão divorciado das aspirações populares andou o governo Sarney que, cedendo infantilmente a pressões do *clube* formado pela esquerda estatizante e reacionária, esforçou-se por acoplar o Brasil ao Terceiro Mundo. Deve surpreender-se agora o presidente da República. Prestes a substituí-lo, o sr. Fernando Collor de Mello recebe a adesão da opinião pública quando declara que este país deve integrar o primeiro mundo; e, viajando ao Exterior, estabelece com as nações industrializadas vínculos que haverão de desfazer o pesadelo terceiromundista.

Para concluir, não deve ficar sem referência os aplausos ouvidos ao término da leitura da peça puramente retórica comentada aqui. As palmas couberam a um Congresso que emergiu do *estelionato eleitoral* do Plano Cruzado mas não se cansou de hostilizar o governo, guerreando-o sem quartel. Pois bem, ouvindo o presidente da República descrever como cor-de-rosa o passado sombrio e sofrido que sua gestão abarca, os parlamentares que lhe negaram tudo o que pediu (menos o mandato de cinco anos) julgaram oportuno solidarizar-se com ele — quando não há mais tempo para aprovar medidas que ele jamais pediria, porque quem não soube até agora arrostar a impopularidade passageira que decorre do cumprimento do dever de *arrumar a casa* seria incapaz de propor, ao sair, qualquer medida útil. Eis o quadro surrealista da política brasileira, e que serve para mostrar como o País precisa de novo governo e de novo Congresso.